

APOIO A NATALIDADE

# IPSS exigem dinheiro para creches

**€221**  
por criança

Valor que o Estado paga, hoje, às IPSS, por criança, mas que aquelas instituições pretendem ver aumentado para alargar horários

- ▶ Horários alargados referidos pelo Governo exigem contrapartidas
- ▶ Famílias numerosas dizem que é uma política que vai separar mais os pais e os filhos

**Pedro Araújo**

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) dispõe-se a colaborar com o Governo no alargamento generalizado do horário das creches, mas diz que o financiamento terá de ser maior, devido aos custos com recursos humanos. A Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN) afirma, por seu lado, que a medida não acrescenta nada à articulação entre família e trabalho. "É uma medida típica da Roménia de Ceausescu. Os pais são meros reprodutores", afirma o presidente da APFN.

Fonte oficial do Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS) admite que venha a existir um entendimento com as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), que albergam cerca de 50 mil crianças nos seus mais de 500 jardins-de-infância (80% da oferta em Portugal). Actualmente, o Governo mantém protocolos de cooperação com as IPSS, pagando-lhes 221,21 euros por criança. É este valor que o padre Lino Maia, presidente da CNIS, diz que terá de ser aumentado, caso se concretize a generalização dos horários alargados.

Mais 25 mil lugares em jardins-de-infância é o objectivo do Governo até ao final da legislatura (meados de 2009), propondo-se investir quase 130 milhões de euros. Por outro lado, a comparticipação do Estado em creches de IPSS deve crescer 66 milhões de euros, para 190,5 milhões, em 2009. Este crescimento deverá contemplar, em parte, o alargamento de horário em alguns locais, conforme já reconheceu o secretário de Estado da Segurança Social. Actualmente, há dezenas de IPSS que já estão abertas por períodos longos e, nalguns casos, durante 24 horas.

Fernando Castro, presidente da APFN, considera que a generalidade das medidas do Governo vão no bom sentido, mas ficam muito aquém do que se passa noutros países. Não resolvem, por exemplo, a crise de natalidade. "No ano passado, nasceram me-



Crianças em creches são, hoje, 50 mil. O Governo quer que sejam mais e que possam estar até mais tarde, para facilitar a vida dos pais

nos 57 mil bebés do que seria necessário para atingirmos a meta europeia de 2,1 filhos por casal. França já atingiu esse objectivo e a comunidade portuguesa nesse país foi a que melhor aderiu às políticas de natalidade do Governo gaulês".

"É uma medida típica da Roménia de Ceausescu", diz o presidente da APFN

Para se ter direito às novas medidas de apoio à família, que entram em vigor a 1 de Setembro, o agregado terá de ter um rendimento mensal bruto inferior a 1989,30 euros (quase 400 contos). O abono de família passa a ser atribuído a partir do 3.º mês de

gestação, o que corresponde a mais seis meses de prestação, uma vez que o abono até agora existente (posterior à nascença) é integralmente mantido. A mulher que estiver grávida a 1 de Setembro, independentemente de estar mais no fim ou no início da gestação, terá direito aos novos apoios à natalidade. Se, a 1 de Setembro, a mulher vai no 6.º mês de gravidez, então só beneficiará de três meses adicionais de abono.

Mas, quanto é que vão receber mensalmente as grávidas? Tudo dependerá dos escalões de rendimento. As balizas do Governo são as oficiais. Há seis escalões: o primeiro diz respeito aos agregados que ganham 198,93 euros ou menos por mês e o sexto escalão abrange as famílias com rendimento bruto que ultrapassa os 1989,30 euros. Neste último caso, não tem qualquer direito a apoios. Quanto é que podem apresentar, em dinheiro, os seis meses de abono adicionais que serão atribuídos a partir do dia 1 de Setembro? No caso do primeiro escalão, a família poderá contar com um total de 783,72 euros,

## Escalões de rendimento de referência do agregado familiar

(Rendimento do agregado/ /n.º de titulares de abono + 1)	Menor ou igual a 198,93 €	Entre 198,93 € e 397,86 €	Entre 397,87 € e 596,79 €	Entre 596,79 € e 994,65 €	Entre 994,65 € e 1989,30 €	Maior que 1989,30 €
2007	1.º escalão	2.º escalão	3.º escalão	4.º escalão	5.º escalão	6.º escalão
Até 12 meses de idade	130,62 €	108,85 €	87,08 €	53,79 €	32,28 €	0,00 €
Mais de 12 meses de idade	32,65 €	27,22 €	25,04 €	21,52 €	10,76 €	0,00 €

## Titulares de abono de família em 2006: (Titulares com lançamento de abono no ano)

Idade em 31 de Dezembro	1.º escalão	2.º escalão	3.º escalão	4.º escalão	5.º escalão	Total
	644 837	491 907	277 814	215 657	112 623	1 742 838
Até 12 meses	20 177	17 871	12 578	10 200	5 660	66 438
Entre 12 meses e 24 meses	27 091	22 074	14 641	12 224	7 098	83 128
Entre 24 meses e 36 meses	30 474	23 223	12 558	9 805	5 326	81 386
Entre 3 e 5 anos	89 329	70 003	42 785	33 407	17 088	252 612
Entre 6 e 16 anos	385 097	273 660	143 664	104 517	50 392	957 330
Mais de 16 anos	92 669	85 076	51 588	45 504	27 059	301 896

## 500 jardins-de-infância

Número actual, que o Governo pretende aumentar já no próximo ano. Estão para avaliação mais 200 pedidos de licenciamento

ARTUR MACHADO/ARQUIVO JN



## Agregados com rendimento bruto mensal perto dos 2000 euros ficam sem apoio social

no global do semestre, ou 130,62 euros por mês nesse meio ano que antecede o nascimento. Contando todo o período, os 18 meses (6 antes do nascimento e os 12 em que se mantêm os valores normais), o agregado receberá do Estado 2351,16 euros

Fernando Castro considera que as medidas tendentes a manter a mulher mais tempo em casa (aumento da licença de maternidade ou apoios financeiros que vão nesse sentido) só prejudicam os objectivos da família. "Qual seria o empregador que contrataria uma mulher se ela pode ficar meio ano em casa? O Estado devia era criar condições para o pai ou a mãe saírem voluntariamente do mercado de trabalho, por algum tempo, para criar os filhos". <

## PERGUNTAS & RESPOSTAS

### Se houver horários alargados nas creches das IPSS, os pais pagam mais?

Se as regras actuais forem mantidas, a resposta é claramente um "não". Segundo os regulamentos da Segurança Social, as famílias não pagam em função dos horários de funcionamento das creches. Pagam apenas consoante uma percentagem sobre a remuneração mínima mensal (RMM). No caso do 1.º escalão (mais baixo), o custo é de apenas 30% da RMM.

### Quantos mais filhos, mais abono?

A política actual do Governo vai nesse sentido. Haverá uma majoração do abono a partir do 2.º filho. Mas o acréscimo será sentido sobretudo nas famílias com três ou mais filhos. Para um agregado com um rendimento de dois salários mínimos (806 euros) e com três filhos, um dos quais com menos de 12 meses, o impacto da majoração seria de 163,29 euros mensais.

### Quantas pessoas vão sentir os benefícios?

Com base nos dados actuais, cerca de 90 mil famílias sentirão os benefícios do renovado abono de família. Cerca de 26 mil famílias passam a ter um apoio adicional prévio ao nascimento de 108,85 euros por mês. São famílias com um rendimento bruto situado entre os 198,93 euros e os 397,86 euros mensais. No escalão mais baixo de rendimento, o acréscimo será de 130,62 euros mensais.

### Quem é que recebe actualmente o abono?

A verdade é que a classe média dificilmente consegue beneficiar deste tipo de incentivo à natalidade. A partir de 1989,30 euros, um agregado não tem direito a abono por mais crianças que tenha. Mesmo assim, o Estado gastou com esta rubrica mais de 626 milhões de euros, no ano passado.

### Depois do primeiro ano de vida do bebé, o abono continua a ser dado?

As novas medidas visam aumentar substancialmente os apoios até aos 3 anos de vida do bebé. Quantos mais filhos e menores rendimentos, maiores benefícios sociais serão concedidos pela Segurança Social.